

RECENSÕES

Agostinho Ribeiro (2003) *O Corpo que Somos – Aparência, Sensualidade, Comunicação*. Lisboa: Editorial Notícias, 303 páginas

Ao fim das algumas tentativas malogradas em busca da boa forma para começar este texto, ocorreu-me finalmente dizer alguma coisa tão simples como isto:

É quase penoso para mim ter de falar deste livro conhecendo o seu autor. Não é que lamente conhecer Agostinho Ribeiro, é mais porque, conhecendo-o, isso me impede de poder chegar directa e incondicionalmente à obra e, portanto, de poder falar dela como ela, só por si, mereceria.

Ser-me-ia aqui de muito préstimo a condição de especialista na matéria ou a de crítico literário ou até a de comentador profissional: talvez daí resultasse algum suplemento de autoridade que me poria a coberto destas limitações de que falo, para além de me poder assegurar um estatuto que me permitiria falar umas vezes do Agostinho, outras do autor desta obra, outras da sua temática, sem a menor sombra de suspeita de que o meu conhecimento do Agostinho passasse para o juízo sobre a obra e sobre o autor.

Ao longo deste percurso autopersuasivo, ia

admitindo que esta forma de começar talvez corresse o risco de ser essencialmente retórica no sentido mais suspeito que a palavra tem, que é o de desviar a atenção do que é importante em favor de outras questões menores; impôs-se-me, porém, o reconhecimento de que esta passagem pela retórica é inevitável enquanto faz parte dum processo discursivo que é indissociável da construção hierárquica da realidade, isto é, dos vários graus de importância que a realidade tem, quando está em causa uma realidade que ainda não está organizada discursivamente, pelo menos para mim, como é o caso. Então, a distinção entre retórica e não retórica não é um problema fácil de resolver. Porque isso supõe a consciência de... e a «consciência de» não é anterior ao processo discursivo de estruturação da realidade... Significa isso que a distinção entre retórico e não retórico virá depois... Ou como diria o próprio Agostinho, invocando Varela (19), «o conhecimento não preexiste ao acto de conhecer: ele emerge da história da acção humana, isto é, constrói-se nas práticas que dão sentido ao mundo» (19).

A questão com a qual estou confrontado «apresentação da obra do Agostinho» obrigar-me-á, teoricamente, a distinguir a obra do seu autor e este da pessoa a que ele se refere. São três domínios de realidade distintos, regidos por critérios que, aparentemente, se impõem como pacíficos. Assim, não deverei falar nem do Agostinho, nem da sua qualidade de autor, mas apenas da obra que, assim, aparece como um produto completamente autónomo da pessoa e do seu processo de produção.

Esta obrigação em que estou constituído é, digamos, privada e subjectiva, no sentido de que nada de formal me constitui nessa obrigação: não há regras administrativamente imperativas, nem prescrições académicas, nem acordo de cavalheiros sequer que me imponham a não referência à pessoa, nem à condição de autor de outras obras, que as tem.

E, todavia, a obrigação funciona e funciona tanto que me vejo na contingência de explicitar quais os termos da questão com que me confronto, não vá pensar-se que confundo irremediavelmente os três planos da realidade.

Já se adivinhou que este relativamente longo exórdio não é, apenas, retórico no sentido que avancei há momentos. Ele não serve para desviar a atenção de coisas menores, mas para me permitir equacionar as questões maiores que são justamente as relações entre a pessoa, o autor e a obra, à revelia do que será suposto na instauração da discursividade que tutela este campo social, para empregar uma expressão de Foucault, quando discute a questão «O que é um autor?».

De facto não estou em condições de me remeter, exclusiva e obedientemente, à fórmula «apresentação da obra do Agostinho» se isso significa pôr entre parêntesis a sua pessoa

e a sua condição de autor, o que não significa que procure subalternizar a obra em questão, face à eminência do autor e da pessoa... tanto quanto «os» conheço.

O pressuposto a que me atendo é o de que a obra tem um sujeito (que não virá ao caso se será, filosoficamente, a mesma coisa que pessoa) que é uma experiência socio-enculturada e uma consciência reflexiva que excede, evidentemente, a obra, dependendo ao mesmo tempo dela para se autodefinir e ser definido...

Admitir esta relação entre o autor, a pessoa e a obra significa admitir que a obra não é uma construção arbitrária, no sentido de que não se desvincula dum percurso socio-temporalmente, mas também vivencialmente condicionado, não é um produto autónomo, no sentido de que se rege por princípios de construção auto-regulados e finalidades auto-imputáveis, e não é uma entidade científica, se isso significa que a obra obedece a relações regulares e objectivas de produção.

Neste quadro de leitura, ou melhor de interpretação a que me acolho, afasto-me de outras propostas onde a figura do autor e das relações atribuídas à obra e ao sujeito da escrita vem sendo objecto de problematização muito intensa que apontam não só para a dissolução das relações entre elas, como até para a dissolução da figura do autor, enquanto sujeito.

A centralidade que, contemporaneamente, alcançou a obra escrita, sobretudo quando a obra é de autor, tem suscitado, de facto, interpretações que são mais ou menos tributárias de teorias que tendem a ver nela, paradoxalmente, a subalternização da ideia de sujeito, porque (e reporto-me de novo a Foucault, citando-o) a «escrita de hoje se libertou

do tema da expressão; só se refere a si própria, mas não se deixa, porém, aprisionar na forma de interioridade; identifica-se com a sua própria exterioridade manifesta» (In Foucault: *O que é um Autor?* Lisboa: Vega, 35).

E o autor em referência explicita melhor esta ideia de perda da referência à interioridade e à dimensão de sujeito que ela pressupõe, afirmando que «isso quer dizer que a escrita é um jogo ordenado de signos que se deve menos ao seu conteúdo significativo do que à própria natureza do significante» (*Id. Ib.*)

A subordinação dos signos ao império do significante, enquanto ordem autoconstituída, e a correspondente indiferença deste à ordem do significado e, portanto, a elevação da escrita à condição de jogo onde os significados são criados pela mestria exercida na manipulação dos signos introduz, claramente, a questão das relações entre a escrita e a vida e, designadamente, a questão da natureza do vínculo que se estabelece entre ambas, se o vínculo de uma relação dialéctica, se o de uma relação nominalista.

Se se admite que essa relação é de uma pura exterioridade, ou, como diria o autor referido acima, de «uma exterioridade manifesta», o autor desaparece como sujeito, como referência significativa para se tornar uma função social, económica, artística ou outra de circunstância, conforme o «marketing» da conjuntura o imponha. Talvez então a centralidade do autor acima assinalada deva ser interpretada à custa da sua própria identidade, ou dito de outro modo, talvez a identidade do autor tenha de ser procurada num registo de pura transitoriedade camaleónica...

Ora, não é claramente essa a perspectiva em que me situo na apresentação da obra do

Agostinho. E não o digo em função duma pura decisão do foro pessoal, mas porque tenho em conta não apenas as posições culturais em que me filio, mas também e fundamentalmente as coordenadas da obra em referência, profundamente marcada por algumas características intrínsecas à personalidade do autor. O livro, para o dizer em termos que já foram referidos acima, é um livro marcado pela interioridade, pela relação dialéctica com a vida, pela inersão numa cultura e numa história que lhe dá seiva, sentido e cumplicidade, ou para ser mais conforme à semiose global que o enforma, comunicação.

As marcas do autor na obra ou o sujeito em acção.

Sendo um exímio jogador de signos, conhecendo com rigor ático todas as manhas, subtilidades e possibilidades da gramática e da língua, particular amador dos escaninhos da história e de algumas verdadeiras «arcas encoiradas» e, ainda, das várias culturas por onde se perde e acha o corpo da nossa antiquíssima memória colectiva, movendo-se com particular à vontade no labirinto dos sentidos em todos os sentidos para que o signo remete (e não são poucos num domínio como o do corpo em comunicação) o autor não se limita a cumprir as regras de um bom jogador, como F. Pessoa recomenda que se jogue, como forma de deixar no alheamento absoluto todo o drama humano...

Não: o autor serenamente tem uma causa que transparece no roteiro da sua obra – a reconciliação do corpo consigo mesmo e a consequente salvação «natural» da alma.

«É o corpo vivido e exibido, amado e glorificado que trata este livro», eis o que consta logo na badana de apresentação.

Mas, em vez de optar pela defesa militante desta tese, o autor adota uma estratégia mais ambiciosa à sombra dum estilo distante e perspicaz, ora cerimonioso, ora jocoso, ora científico e técnico, ora familiar e persuasivo, ora insinuante e sibilino, ora mundano, redundante e sedutor, e sempre subordinado ao propósito de criar no leitor uma disposição favorável a uma visão emancipadora do homem e da mulher pelo corpo, a única via da reconciliação do homem com a natureza e com a cultura.

Uma espécie de optimismo rousseauiano paira sobre todo o texto de Agostinho Ribeiro. Só que, desta vez, a própria sociedade ter-se-á constituído no principal aliado deste processo libertário, porque o corpo é simultaneamente o mediador do homem no mundo e a sua própria essência e finalidade: o corpo opera esta síntese entre natureza e cultura, entre o dentro e o fora, entre o eu e o outro, entre público e o privado. Nada hoje é alheio à apropriação do corpo pelo corpo.

Por isso de alguma forma posso dizer que este livro só poderia ter sido escrito pelo Agostinho. Escrito, obviamente em sentido amplo, o que envolve todas as fases da sua criação: concebido, organizado, desenvolvido, sofrido, estetizado. Este livro é o seu corpo, atreva-me a dizer...

A natureza da obra

Do ponto de vista temático, a obra é uma profunda incursão ao mundo que somos pelo corpo: O que chama em primeiro lugar a aten-

ção é que este corpo é antonomasticamente a nossa própria história e a nossa própria cultura. O corpo que somos e o corpo que fomos entrosam-se um no outro com tal naturalidade (já a dizer com tal espontaneidade) que quase não nos damos conta do que foi a luta milenar que entre si travaram sobre o nosso corpo a carne e o espírito, a natureza e a vida, a doença e a saúde, o sujo e o limpo, o prazer e o pecado, o nu e o vestido, o natural e o artificial, o pessoal e o social. E isto por mérito absoluto de uma escrita caleidoscópica e sedutora que se liberta do tempo cósmico e desse tempo nos liberta também a nós para nos tornar co-presentes e contemporâneos dos acontecimentos decisivos, dos fenómenos significativos, dos testemunhos exemplares a propósito do tema que nos convoca. Quem fica indiferente a esta saga milenar de que o corpo se faz protagonista, mobilizando a magia, o mito, a ciência, as artes de todos os tempos, a ciência e a medicina, a tecnologia e até a loucura pela mão discreta e quase silenciosa de Agostinho Ribeiro?

A organização do livro

O livro é constituído por um conjunto de cinco capítulos, cada um deles admitindo, ritmadamente, três andamentos, por sua vez divididos em secções que, desta vez, já não são numericamente homogéneas.

Do corpo vivido na sua imediatez ao corpo partilhado, o corpo passa, discursivamente, por um conjunto de habitáculos categoriais cuja ordem sequencial não me parece de modo nenhum arbitrária, embora, que eu tenha visto, o autor nada diga acerca do modo como decidiu organizar estes diferentes espaços.

Na verdade, atentando na ordem categorial que aí é apresentada e depois desenvolvida nas diferentes secções, é-se forçado a pensar que uma concepção geral as organiza num sentido que me parece ser o de preservar a integração do processo de desenvolvimento ontogenético no processo de desenvolvimento sociogenético, se é que a concepção interacionista e, mais especificamente, a psicossocial, que é a perspectiva em que explicitamente se filia o autor, permite tal formulação.

As categorias referidas de corpo vivido, de corpo exposto, de corpo sensual, de corpo significativo, de corpo partilhado, ou do contacto corporal, que correspondem aos diferentes capítulos do livro, parecem concebidas segundo modalidades de expressão, acção e comunicação crescentemente imbricadas, que sugerem que o corpo é interpretado como vivendo um processo psicológico e socioantropológico de complexidade crescente marcado pela necessidade de organizar e assumir a progressiva passagem do eu para o outro; supõe, por outro lado, esta organização categorial uma teoria a que subjaz um conhecimento progressivo de si, conhecimento multireferencial, gradualmente mais complexo e multiagido, se a expressão é permitida, para traduzir a ideia de que o acesso à consciência de si é um processo em que o corpo não só participa como também condiciona, segundo modos que não são arbitrários.

Estrutura formal do livro

Trata-se dum texto predominantemente analítico-descritivo, em função de referentes interpretativos que ora vêm da Psicologia, ora

da Socioantropologia e da História, ora da Cultura e da Etnologia, ora da observação quotidiana, num registo onde o humor amável ou a ironia serena e a complacência criadora constituem uma presença agradável e discreta para o leitor. Apesar da abundância de referências eruditas que participam frequentemente do convívio do leitor, nunca nos ocorre a sensação de que os autores referidos estão ali a mais ou por puro exibicionismo. Eles limitam-se a acenar discretamente, raro entram na discussão; dependerá de nós convocá-los eventualmente mais tarde.

O leitor é, assim, bem tratado. Diríamos que este tratamento faz parte duma estratégia de envolvimento sugerida pela própria intimidade da problemática em causa: o leitor é assumido como fazendo parte integrante do mundo da obra: é de alguma forma dele próprio que se trata. E esta cumplicidade não é um pormenor de somenos na atmosfera comunicacional do livro. Não raras vezes, o discurso assume a primeira pessoa que, se é evidente não se tratar do eu empírico, nem por isso descarta o processo de interacção e aproximação simbólicas entre o mundo do autor e o mundo do leitor em jeito dum reforço claro daquele efeito comunicacional.

Para rematar

Poucas serão as temáticas tão complexas e tão rebeldes a uma organização discursiva minimamente aceitável como esta do corpo: não só porque se nos furta permanentemente ao olhar como assume mil cambiantes históricas, religiosas, culturais, psicológicas, políticas que se intercondicionam tumultuosamente,

por vezes, e, por vezes, se silenciam até ao tabu. Por outro lado, nada mais instantaneamente mobilizador do nosso interesse, paixão, exaltação, perseguição, danação do que o corpo. Nada mais estranho de certa maneira, mesmo que eu repita até à exaustão, «eu sou o meu corpo» num eco de Merleau-Ponty. O discurso, que se ouse fazer sobre ele, parece apenas contribuir para aumentar o sentimento de auto-ilusão, de auto-exclusão de mim. Experimentem escrever sobre isso, se é que ainda o não fizeram.

A verdade é que a leitura deste livro consegue, quase magicamente, operar um sentido contrário: que o corpo é um belo tema de escrita, de meditação, de ciência, de história e de reflexão, mas sobretudo de glorificação e

de celebração da vida e do corpo, mesmo quando nessa celebração participam graves ameaças tecnológicas ou programas especulativos que investem no corpo como num novo «el dorado», como aconteceu justamente com o capitalismo na sequência da crise de Maio 68.

Estas são algumas das boas razões para saudar uma obra que geriu de forma magistral esses poderosos desafios e contradições.

Fartas e faustosas e festivas razões tem a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação do Porto para se orgulhar desta obra e do seu autor, Agostinho Ribeiro.

E esta é, seguramente, uma obra com sujeito e com autor.

Manuel Matos